



5413 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

"Lute como uma menina": gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas
Isabella Batista Silveira - OUTRAS
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

"LUTE COMO UMA MENINA": GÊNERO E PROCESSOS DE FORMAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Mestrado em Educação que teve como objetivo aprofundar as reflexões sobre as ocupações estudantis secundaristas que se alastraram pelo país nos anos de 2015 e 2016. O foco investigativo e o recorte temporal escolhidos para a produção dos dados são as ocupações que ocorreram no último trimestre de 2016. A partir da apresentação do panorama político e apoiada nos conceitos de classe e experiência do historiador inglês Edward Thompson buscou-se investigar como aconteceram os processos formativos no interior das ocupações e como estas práticas permitiram a construção de um novo olhar sobre o espaço escolar, movimentos estudantis e as relações interpessoais estabelecidas no contexto desta experiência. Para tanto, considerou-se as relações de gênero estabelecidas no interior das ocupações como o principal medidor dos impactos desta vivência nos sujeitos ocupantes. Como resultados, percebeu-se que o exercício da autonomia, da autorganização e do *fazer-se* político foram fundamentais para que as ocupações não se limitassem ao papel de ser só uma ferramenta pragmática de luta política.

PALAVRAS CHAVE: ocupação; formação; experiência; gênero.

INTRODUÇÃO

Os últimos meses do ano de 2015 e boa parte de 2016 – primeiro e último trimestre - foram marcados por importantes processos de mobilização política de estudantes secundaristas. As ocupações de escolas nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará tinham como objetivo comum denunciar a precarização e o sucateamento do ensino público. O movimento estudantil secundarista se apropriou, deste modo, de um processo de mobilização que tinha como principal eixo de ação ocupar os espaços públicos. As e os secundaristas fizeram das ocupações um movimento radicalizado que se inseriu no debate político mais amplo e nacionalizado, delimitou a discussão de políticas educacionais e se caracterizou também pela ampla discussão de outros aspectos formativos de cidadania e participação social, que passavam pela discussão sobre qual escola e que educação pode ser considerada de qualidade e democrática.

As ocupações das escolas de São Paulo, no ano de 2015, na capital e por todo o estado, fizeram com que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) recuasse na proposta de Reorganização do Ensino Médio, o que foi considerado um importante marco político. Na perspectiva dos estudantes, a Reorganização era um projeto de fechamento das escolas e contenção de gastos com a educação pública. Obviamente, vários fatores fizeram com que o movimento fosse vitorioso no Estado de São Paulo. Contudo, a resposta rápida e organizada por parte das e dos estudantes certamente está no que podemos caracterizar como uma tática acertada. A indignação e mobilização ultrapassam as redes, ganhando a proporção de grandes atos em superintendência e nas ruas, desembocando nas ocupações dos colégios. Pablo Ortellado (2016) em seu prefácio para o livro *Escolas de Luta* defende que a vitória das e dos estudantes, além de impactar significativamente na popularidade do governo, "foi simplesmente a mais importante derrota política da carreira de Geraldo Alckmin como governador" (p. 13).

O abandono do projeto governamental, considerado antidemocrático por profissionais da educação e estudantes, foi reflexo também da intensa organização e alcance político do movimento. A vitória foi comemorada por estudantes de todo país, sendo uma das mais importantes naquele contexto por ter sido também uma vitória sobre um Estado que fazia o uso de uma força policial violenta e repressiva. O modo de enfrentamento e a organização política de vanguarda dos secundaristas paulistas fizeram com que as ocupações fossem consideradas, a partir de então, uma ferramenta importante para uma nova sistematização e prática do movimento estudantil mais coletiva, horizontal e democrática.

Em fevereiro de 2016, em São Paulo, mais uma vez o governo Alckmin foi rechaçado pelo movimento estudantil. O motivo eram as denúncias feitas pelo Ministério Público sobre o superfaturamento e o pagamento de propina em contratos com as fornecedoras de merenda para as escolas do estado. As investigações apontaram para um grande esquema de fraude da gestão estadual no desvio de verbas que seriam destinadas para a alimentação dos estudantes. Com sucesso nas reivindicações, os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) contra os "ladrões da merenda" pressionando para que fosse aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Concomitantemente, mesma tática de ocupar os colégios generalizou novamente o movimento, fazendo com que as denúncias se repercutissem nos principais espaços de mídia e a CPI foi instaurada por todo o Estado de São Paulo.

Com a amplitude dada à vitória dos estudantes paulistas através das ocupações, os meses finais do segundo semestre de 2016 também foram marcados por este processo. A proposição do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 241

(renomeada de PEC 55 enquanto tramitava no senado), fez com que secundaristas e universitários de todo o Brasil retomassem as ocupações de escolas e universidades como principal ação de unidade contra o que consideravam retrocessos políticos e econômicos. A proposta, considerada parte das políticas de contenção de gastos públicos no governo de Michel Temer (PMDB), acompanhava a Reforma do Ensino Médio ou MP 7465 que foi chamada de Lei da Mordaza por estudantes e educadores.

Neste cenário de mobilizações que se desenharam em contextos de acirramentos políticos intensos, meninas secundaristas trouxeram com muita propriedade o debate sobre gênero. Elas pautaram as relações de gênero, dentro dos movimentos secundaristas, como uma condição inseparável do processo de organização democrática das ocupações. A ação de mulheres em movimentos sociais e organizações políticas mais institucionalizadas como os partidos, sempre foi amplamente debatida por escritoras e militantes feministas ao longo dos anos. Desde as liberais até as marxistas e anarquistas e até mesmo desde a primeira onda feminista, datada do final do século XIX ao início de século XX, com a demanda pelo sufrágio universal, a real inserção da mulher na política e a luta pelos direitos sociais, principalmente inseridas no contexto de um feminismo de classes, marcaram a vida e a prática das feministas.

As estudantes de escolas públicas de todo o país, majoritariamente com origem na classe trabalhadora, construíram uma narrativa importante para o acúmulo do movimento feminista. Na perspectiva da organização das mulheres e ocupação de espaços políticos a democracia é basilar, e a forma de organização dos estudantes sustentando uma ação autogerida amparada em divisão de tarefas foi muito importante para a garantia de participação com igualdade dos espaços mais legítimos das ocupações como nas assembleias e formações políticas. As tarefas consideradas domésticas, como fazer a limpeza ou cozinhar, dentro das ocupações, foram distribuídas em equipes com equiparação de meninos e meninas, questionando a divisão sexual do trabalho. Era uma possibilidade de que uma parte significativa das meninas estivessem compondo espaços de formação e decisão política. Por óbvio, são mulheres e meninas que compreenderam que só construções coletivas e democráticas possibilitam a ocupação de espaços políticos.

A historiadora Wendy Goldman, especialista em estudos políticos e sociais sobre a Rússia e a União Soviética, no livro *Mulher, Estado e Revolução*, de 2014, procura entender qual era o lugar da mulher, da família e do casamento na revolução bolchevique de 1917, a partir de leituras de mulheres revolucionárias, de um levantamento histórico das atas das reuniões entre os bolcheviques e da análise das leis ratificadas durante a revolução. Goldman (2014) descreve que o ideal revolucionário é que se alcance a emancipação de homens e de mulheres a partir da perspectiva de direitos iguais e, por isso, questões como a monogamia e o trabalho doméstico ganham importância em seus escritos. No prólogo da edição brasileira denominado de *Amor e Revolução*, Diana Assunção, leitora assídua de Goldman e militante feminista marxista, caracteriza a tensa relação entre a função social da mulher na sociedade capitalista e a sua emancipação política:

libertar as mulheres das tarefas domésticas, socializando-as, e dar as condições materiais e econômicas para livrar as relações humanas de qualquer entrave capitalista também estava acompanhado da necessidade que as mulheres tomassem em suas mãos o destino do país e da sociedade, passando não somente ter mais direitos ou mais liberdade, mas também administrando o Estado operário e dirigindo os soviets. Essa ideia confrontava diretamente o que o capitalismo relegava às mulheres. Não era uma questão de opressão somente, mas a noção de que a própria alienação do trabalho doméstico impede as mulheres de qualquer desenvolvimento. (2014, p. 16)

Na gênese do movimento feminista e de classes, a socialização do trabalho doméstico e a superação da divisão sexual do trabalho sempre tiveram destaque nas formulações. Parte-se do princípio de que a distribuição das tarefas e afazeres condicionados e direcionados às mulheres proporcionaria uma condição maior de aproveitamento do tempo em outras atividades, como as atividades políticas. Ainda hoje, no século XXI, muitas feministas marxistas continuam dedicando suas pesquisas para investigar essas práticas que seguem tão normatizadas pela sociedade moderna, como é caso da divisão sexual do trabalho. Em especial Angela Davis, professora do departamento dos estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis das mulheres e da negritude nos Estados Unidos, a partir de um olhar interseccional, situa o problema da divisão sexual do trabalho doméstico como uma das questões centrais que fazem com que as mulheres permaneçam no limbo da vida pública. Principalmente a mulher negra, que em seu trabalho “reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão” (DAVIS, p. 17, 2016) e que continuam imersas no cotidiano privado, mais do que suas irmãs brancas, e perpetuando um tipo de trabalho que pode ser considerado um modo de acúmulo primitivo do capital, refinado pela modernidade.

Romper com a lógica de divisão sexual do trabalho sempre foi o maior desafio das trabalhadoras operárias e assalariadas. O problema das relações de trabalho dentro e fora do lar é limitador da participação das mulheres na política e no Estado e também para a sua emancipação econômica. As meninas secundaristas ocupantes se inteiraram rápido desta discussão, que não encontra sua superação nas estruturas partidárias ou organizações tradicionais, estruturas que têm reproduzindo com frequência uma ordenação patriarcal da divisão do trabalho. Nas ocupações secundaristas visitadas, sem ainda cogitar a possibilidade desta pesquisa, era perceptível que a divisão das tarefas acontecia, em geral, sem conflitos de gênero aparentes. E logo na coleta de dados, as entrevistadas demonstraram que existiu uma preocupação real com relação à divisão das tarefas coletivas. Era evidente para elas que o critério para suas participações nos espaços de discussão política era livrar-se das tarefas estruturais, fortalecendo a construção de outra relação de gênero e potencializando suas capacidades de articulação.

PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo desta seção é apresentar o percurso metodológico da pesquisa. Ao selecionar os instrumentos pertinentes de produção de dados e pensar nas etapas que se seguiriam, o objetivo foi dar conta de abordar de forma acessível e responsável as hipóteses e reflexões que aparecem ao longo do texto, entendendo e respeitando a complexidade do objeto. Para tanto, a utilização das entrevistas semiestruturadas foi fundamental para conseguir sistematizar as experiências que marcaram os processos das ocupações. Os dados produzidos por essas entrevistas, que têm características de memória e relato, foram analisados a partir de categorias e conceitos pertinentes ao recorte do objeto.

Primeiramente, foram retomados os contatos com pessoas que participaram dos movimentos de ocupação de escolas no sul de Minas Gerais no ano de 2016, nosso recorte temporal para esta pesquisa, para a solicitação de indicações para a coleta de dados por meio das entrevistas.

Estes contatos fazem parte de uma rede pessoal já conhecida e outros que foram indicados. Chegamos então em 5 meninas que hoje possuem entre 18 e 19 anos e já não se encontram mais como estudantes das escolas em que participaram dos movimentos. As meninas não foram entrevistadas dentro das escolas que ocuparam e tampouco questões relativas à organização escolar, seu método pedagógico ou outros foram investigados. A forma de coletar os dados por meio das entrevistas aconteceu pela oralidade, em encontros gravados com permissão das entrevistadas. Para a escolha das entrevistadas, além do critério sobre a temporalidade das ocupações e de localização para a efetividade das entrevistas, consideramos também a forma de participação nas ocupações. As meninas entrevistadas se destacaram durante o processo em algum aspecto, algumas assumiram papéis importantes na organização de atos, outras eram mediadoras em reuniões importantes com secretarias de ensino e outros órgãos e a maioria delas eram articuladoras políticas e foram referências durante o processo.

Também foi feita pesquisa bibliográfica sobre as produções recentes relativas ao movimento das ocupações, bem como a revisão bibliográfica dos referenciais teóricos escolhidos que amparassem, com categorias e conceitos, a compreensão do fenômeno proposto. A revisão bibliográfica foi feita durante todo o processo da pesquisa. Os passos que se seguiram foram: a) Revisão bibliográfica de livros, artigo e publicações sobre movimento juvenil, juventude, ocupações escolares, educação não formal, feminismo, protagonismo feminino e auto-organização; b) Compreensão do aspecto formativo das ocupações através dos relatos colhidos pelas entrevistas semiestruturadas; c) Compreensão do papel feminino nas ocupações através dos relatos colhidos pelas entrevistas semiestruturadas direcionadas às estudantes; d) Análise dos materiais colhidos; e) Organização, análise final e escrita sustentado pelos conceitos e categorias dos referenciais escolhidos.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

As e os protagonistas das ocupações eram estudantes do Ensino Fundamental II sendo a maioria estudantes do Ensino Médio, chamados de as e os secundaristas. É importante considerar que estes sujeitos são heterogêneos, de diversas raças e etnias, gêneros e apresentam diferentes condições materiais, ainda que em sua maioria sejam estudantes pertencentes a famílias trabalhadoras que precisam acessar o sistema público de educação. Antes mesmo de compartilharem a identidade de ocupas, partilham de outra identidade que se coloca como uma categoria histórica e em disputa dentro da sociologia, a juventude.

Juventude é um conceito complexo, que aqui vamos entender como um agente social e político (GROPPO, 2005). Uma categoria que não se reduz só a abstração de uma faixa etária e tampouco se caracteriza somente pela condição de moratória social. Entendemos juventude como uma fração importante da sociedade, sujeitos que se forjam na ação política e contestadora, apresentando várias formas de resistência às estruturas sociais. No século XX, com o desenvolvimento das teorias críticas da sociologia da juventude, chamadas de geracional e classista ou ainda de reformista e revolucionária, respectivamente, uma importante ruptura com as teorias tradicionais que caracterizavam a juventude como apática e passiva foi feita. É importante entender que “as teorias críticas valorizaram o potencial contestador da juventude, potencial que passou a ser visto como algo positivo, capaz de renovar as sociedades” (GROPPO, 2017, p. 83), o que foi um avanço considerável em relação aos pensamentos de teóricos funcionalistas e estruturalistas que pensavam que da juventude é que viriam os desarranjos sociais (GROPPO, 2015).

Dessa forma, “o traço crítico destas teorias que abordam a geração e a moratória reside no fato de que tendem a reconhecer o papel das juventudes na transformação social e atribuem sentido positivo a este papel” (2017, p. 53). Nos anos 1960 a concepção mais revolucionária de juventude, a corrente classista, tende a demonstrar, por meio de uma perspectiva de classes, que existem vários modos de vivenciar a experiência juvenil. Todos dependem de situações e circunstâncias que determinam acesso às condições mínimas de viver a juventude (GROPPO, 2015). A questão que se coloca é que juventude é uma categoria social, portanto, quando temos novas ondas de preocupação com a condição juvenil análises e rearranjos conceituais são pensados.

A concepção da moratória social, marcada como um processo de “experimentação” antes da vida adulta e a noção de geração foram elementos que fizeram com que, mesmo com o avanço da teoria crítica, não compreendêssemos a juventude como uma categoria, tal qual ela se apresenta hoje (GROPPO, 2015), complexa e muito heterogênea. As faixas etárias, as condições de classes e outras determinações das teorias críticas, mesmo após os anos 1960, foram capazes de orientar a construção de políticas públicas ou possibilitaram diversos entendimentos sobre a vivência juvenil, mas não responderam aos limites impostos pela realidade onde existem várias formas de vivenciar a juventude. Refletir sobre juventude é conceber a existência de juventudes, no plural. Uma realidade posta na modernidade e permeada por contradições, tensões e conflitos da contemporaneidade.

A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA JUVENTUDE

Tentaremos resgatar aqui a concepção dialética de juventude trabalhada pelo pesquisador Luís Antonio Groppo nos seus estudos e ensaios em sociologia da juventude como a análise pretendida sobre juventude e ação juvenil investigada nesta pesquisa. Em Introdução à sociologia da juventude (2017), assim como em outros artigos e ensaios, o autor nos aponta que a juventude “na sociedade moderna, é alvo e fruto de tensões, conflitos e rearranjos, parte das lutas sociais para estabelecer o domínio de certos grupos sociais, seu projeto político e visão de mundo” (GROPPO, 2017, p. 85).

Neste sentido, cabe entender a ação juvenil contemporânea como política e, bem ao contrário do que preconizava o funcionalismo, essa juventude tem um grande papel no que se refere a questionar e tensionar as estruturas políticas e sociais. Entendendo que, dentre muitas outras, a escola é uma das instituições mais fundamentais no que se refere ao

movimento de socialização conduzido pelo Estado e pelos agentes adultos, é certo que também aconteça na escola, como consequência, o processo de criação de novas identidades, de organização dos sujeitos e também a concepção de uma “realidade social”:

tais grupos juvenis e instâncias de socialização criam a “realidade” social em que os indivíduos com idades semelhantes vivem próximos, convivem juntos, ou, no caso do mercado de consumo, pensam e se comportam de modo semelhante mesmo distantes no espaço. Mas é justamente desta convivência forçada que nasce a possibilidade destes indivíduos criarem identidades, comportamentos e grupos próprios e alternativos às versões oficiais. (GROPPO, 2015, p. 14)

Nesse sentido, segundo Groppo, o processo dialético, que para Marx e Engels está presente em todas as sociedades com o perpetuar das contradições, é o grande responsável por fazer com que, neste caso da realidade juvenil, a obrigatoriedade criada pela burocracia das instituições escolares seja superada com o avanço da organização e da autonomia dos sujeitos. Eles resistem em oposição às estruturas hierarquizadas da escola. A escola foi o grande campo de lutas porque, além de estar ameaçada enquanto instituição pelos novos projetos políticos educacionais que emergiram nos anos de 2015 e 2016, também é o lugar mais legítimo de criação e circulação de afeto para a juventude. A depender de elementos conjunturais, das pautas presentes “na ordem do dia” e considerando o percurso das juventudes contemporâneas, essa resistência que emerge de várias formas e em várias realidades é transformada em ação política efetiva em momentos de conflito. No caso destas ondas de ocupações das escolas, que aconteceram em 2015 e 2016, não foi diferente.

TÁTICA: OCUPAR

A primeira experiência de ocupações na história se deu nas fábricas italianas anteriormente a ascensão do fascismo no país. Daniel Guérin, um anarcocomunista, anarcosindicalista e anticolonialista, autor de *Anarchism: From Theory to Practice* (1970) descreve, nesta obra, a organização dos trabalhadores italianos que ocuparam as fábricas:

A direção das fábricas se efetuava por meio de comitês de trabalhadores técnicos e administrativos. A autogestão se expandiu... A autogestão emitiu seu próprio dinheiro [...] Se requeria estrita autodisciplina [e] uma estreita solidariedade se estabeleceu entre as fábricas [onde] as minas e o carvão se colocavam em um fundo comum e se repartiam equitativamente. (GUÉRIN, 1970, p. 109)

Guérin, ao descrever as ocupações das fábricas usa conceitos como: autogestão, autodisciplina e solidariedade. Essa caracterização é uma aproximação do que descrevem os/as ocupas sobre a organização do movimento de 2015 e 2016.

Entender que as ocupações não eram um fim em si mesmo e que faziam parte de um conjunto mais amplo de ações, permitiu que elas cumprissem o seu papel político e formador em um determinado espaço de tempo, considerando os limites e as debilidades desta tática. Na obra de Petit e Moreno, tática é inseparável da noção de estratégia, “a estratégia tem a ver com o objetivo final, de conjunto, em longo prazo, e as táticas são os diversos meios para chegar a esse objetivo” (2010, p., 7). Esse caráter relativo das duas ações é determinado pelas situações e demandas, um exemplo, quando pensamos em uma educação básica e pública de qualidade, necessita-se de uma formação de professores que consiga responder às potências de um projeto de educação de qualidade. A boa formação de professores, portanto, se configura como tática, enquanto uma educação pública de qualidade é uma estratégia, um programa. Para elucidar, Moreno e Petit sob a luz das demandas dos trabalhadores e operários, descrevem:

dávamos como exemplo desse caráter relativo o fato de que, numa etapa de retrocesso das lutas operárias, podemos dizer que temos a estratégia de desenvolver lutas sindicais defensivas, e que em relação a essa estratégia, a tática pode ser, por exemplo, uma greve longa e não outras táticas, como a ocupação de uma fábrica, por exemplo. (2010, p. 7)

Na definição política de Moreno e Petit, a tática é sempre condicionada e impulsionada pela realidade. Ela é escolhida a partir de uma análise dos limites e potencialidades das ações e dos seus direcionamentos, o que certamente é uma discussão muito importante para a caracterização das ocupações que aconteceram em 2015 e 2016. Nesse sentido vale destacar e compreender que o movimento dos secundaristas, composto em sua maioria por estudantes sem contato com organizações políticas mais sistematizadas, forjou sujeitos políticos na ação. Isso não os colocou sob a égide de qualquer autonomismo ou espontaneísmo - como acusaram alguns movimentos tradicionais, mas sim uma grande capacidade de fazer das ocupações uma resposta à altura do desafio da conjuntura, bem como, na prática, reinventar e reivindicar o seu próprio repertório de lutas.

O CONTEXTO POLÍTICO DAS OCUPAÇÕES

O movimento estudantil secundarista, sobretudo das escolas públicas, reacendeu debates importantes ao comporem pautas com os trabalhadores, em grande maioria da educação, exigindo das organizações tradicionais o comprometimento e a retomada da luta de classes. No primeiro semestre do ano de 2016 as e os secundas de São Paulo, capital e estado, se organizam novamente. Retomaram as ruas contra os “ladrões da merenda” para pedir uma CPI que investigasse os casos de superfaturamento e desvios de verbas públicas destinadas à alimentação das e dos estudantes em todo o Estado de São Paulo. Areladas a esta reivindicação pautas como o baixo salário dos professores e a precarização das instituições públicas continuaram a fazer parte da mobilização.

Todo este acúmulo de mobilizações fizeram com que o ano de 2016 fosse um ano de constante disputa política entre setores populares e os representantes governamentais em um cenário já muito acirrado pela falta de legitimidade das instituições representativas. A polarização entre os partidos de maioria na Câmara Federal e no Senado revelou uma crise de governabilidade, bastante especulada pela iniciativa privada. Essa crise teve como consequência o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Através de um golpe político parlamentar, Michel Temer (PMDB), vice na chapa petista nas eleições de 2014, sobe ao posto de presidente da república.

Em setembro deste mesmo ano, um mês após o golpe parlamentar, setores ligados às pautas da educação se organizam novamente contra a Medida Provisória (MP) 746. A MP 746 proposta pelo ministro da educação Mendonça Filho foi uma das primeiras políticas ventiladas pelo novo governo e previa a Reforma do Ensino Médio através da adoção de um

currículo mínimo a partir da obrigatoriedade das disciplinas de matemática, português e inglês. As medidas desta MP não foram discutidas amplamente com a população ou com os agentes diretos do processo educacional. As alterações previstas na MP 746 afastam o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, direcionando-os cada vez mais para o mercado de trabalho.

Com isso, o Estado se aproxima das demandas das empresas privadas, fazendo a parceria entre público e privado virar “sinônimo de educação pública”, como consta na nota de repúdio da Diretoria do ANDES (2016). Assim, em outubro do mesmo ano, assistimos novamente uma ascensão das ocupações. A causa era, além da MP 746, a PEC 241/55, o estopim da retomada do movimento. Segundos dados da União Nacional dos Estudantes (2016), a UNE, foram contabilizadas mais de mil escolas ocupadas por todo o país e 229 universidades ocupadas por estudantes contra a PEC 241/55 que atingiu diretamente o repasse de verbas para a educação e saúde como consequência do teto dos gastos públicos. Coexistindo com a MP e com PEC um projeto que impactava diretamente a autonomia dos professores e professoras em sala de aula e feria o direito de ensinar e aprender com qualidade era discutido na câmara dos deputados.

As ocupações se mostraram como uma expressão autônoma, de organização direta, sem a mediação centralizada de partidos políticos ou organizações para tutelar suas pautas. No entanto, longe de qualquer sectarismo político, os estudantes secundaristas não sustentaram a bandeira antipartido, mas a apartidária e, inegavelmente, a pauta que pedia o afastamento do então presidente da república Michel Temer do cargo era um consenso. A resistência dos estudantes secundaristas, naquele contexto caótico de aprovação da PEC 271, era, no limite, a luta por uma democracia real e participativa.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Para compreendermos melhor qual é o alcance desta experiência formativa, recorreremos ao historiador Edward Palmer Thompson (1924-1993). Com as suas análises que revolucionaram a história social, o autor nos apresenta dois conceitos que serão fundamentais neste capítulo; classe e experiência. São dois conceitos inseparáveis para Thompson e definidos por uma perspectiva em que se considera que a experiência é um elemento vivenciado pela classe e que compõe suas lutas, surgindo das suas próprias práticas e fazeres (THOMPSON, 2011).

Se tivermos que buscar a síntese das reflexões de Thompson, podemos definir que a sua elaboração teórica busca compreender como se dá a formação das experiências históricas e como elas confluem para a luta e a consciência de classes. Na tentativa de não simplificar tal definição, consideremos alguns aspectos. Primeiro, é importante salientar que Thompson buscou compreender em seus trabalhos historiográficos as “vozes” de homens e mulheres esquecidos e esquecidas nas análises mais clássicas dos historiadores marxistas (MELO JÚNIOR, 2011). Para tanto, investigou a formação destes sujeitos a partir de suas culturas, e de que forma ela é mobilizada para a resistência popular.

Em Educação e Experiência, nome dado a uma palestra proferida por Thompson em 1968, o autor ilustra o conceito de experiência que seria assimilado pela história, pela literatura e também pela educação. Thompson analisa a sociedade europeia do século XVII, XVIII e XIX por meio de registros literários sobre a relação entre as camadas sociais letradas e as populares. Ele considera que, tradicionalmente, “a cultura de um homem, exatamente como seu prestígio social, era calculada de acordo com a hierarquia de sua classe” (THOMPSON, 2002, p. 33). Entretanto, segundo a leitura de Thompson, cultura e classe são dois elementos contingenciados por um período histórico e social. Logo, cultura e classe não devem ser vistas através de prismas estáticos, uma vez que são caracterizadas pelas suas condições históricas. As classes populares e não letradas mobilizam tantas experiências culturais quanto a sua antagonista. Além de tudo, suas experiências têm um valor marcado pela resistência, pois toda a sua formação cultural parte da necessidade da manutenção material da vida.

Isso significa dizer que as experiências dos sujeitos podem ser capazes de fissurar padrões que parecem ser estáticos e inflexíveis. Se tomarmos como exemplo as ocupações secundaristas que tiveram como cenário o chão da escola, somos capazes de perceber um movimento de resistência muito articulado contra uma hegemonia política de poder capaz de determinar, para além de estruturas econômicas e sociais, um modelo educacional vigente que assegure tudo no seu devido lugar. Quando falamos sobre as experiências de formação, não estamos dando centralidade para a pauta política e pragmática, apesar de ser importante e mobilizadora. O que é necessário ser dito é que mesmo que a PEC do Teto dos Gastos tenha sido aprovada e ainda que institucionalmente não se debata a experiência de formação das ocupações para refletir sobre um novo projeto político de educação democrática, é evidente que nas micro relações a experiência teve impacto. Essas novas relações estabelecidas pelas e pelos estudantes gerou um afeto capaz de desarticular e desequilibrar velhas práticas pedagógicas escolares. Ainda que possamos considerar que foram rupturas mínimas – porque não afetaram a política e a estrutura –, é certo dizer que elas foram fundamentais na formação autoorganizada de um grupo de pessoas durante o processo que teve como lugar a escola.

Em última instância, podemos considerar que as ocupações podem ser definidas como uma experiência de classe, com um nível real de luta e consciência de classes. A reflexão de Ana sobre os impactos da ocupação na escola, considerando os processos pedagógicos, é importante para percebermos que o fazer político das e dos secundaristas foi suficiente para fazer com que os sujeitos escolares ao menos percebessem a necessidade de olhar pra a forma, a estrutura e o objetivo pedagógico da escola. De certo modo, se levarmos em consideração o cotidiano da sala de aula pós ocupações por exemplo, podemos inferir que o pensamento de Thompson sobre modificações a partir do impacto das experiências, mesmo que sutis, são reais porque têm a característica de terem sido vividos de forma coletiva.

O impacto não é pessoal, nem atinge apenas em um ou outro sujeito, mas afeta uma coletividade que vivenciou e formou novas práticas em comum, como classe. À luz de Thompson, a classe é um fenômeno histórico que unifica os sujeitos que vivenciam juntos uma série de acontecimentos em um contexto social e histórico. A conformação da classe daria vazão, posteriormente, à consciência de classe. Essa consciência se forja no nível real das experiências, sendo assim, tem uma inegável relação com a cultura, que é também construída condicionada aos contextos históricos (THOMPSON, 2011).

Sobre a classe, para seu auto fazer-se e sua própria formação, por meio das experiências que acontecem, fundamentalmente, nas relações humanas.

As ocupações, portanto, trazem a compreensão de que educação significa, também, a formação através de processos comunitários e não só formais e institucionalizados. O que nos faz resgatar Thompson (2012) para pensar nas práticas efetivas de sujeitos interligados por experiências coletivas que apresentem um potencial formativo capaz de desequilibrar estruturas que parecem estáticas e imóveis. Isso tem como produto novos arranjos nas relações sociais. A partir da resistência às práticas comuns as e os ocupas também puderam compreender e se apropriaram, conscientemente, das suas próprias formações que não se desenvolvem somente em sala de aula e nem mesmo é componente dos certificados escolares.

LUTE COMO UMA MENINA: O PROTAGONISMO FEMININO

Sob o mote Lute como uma menina, a linha de frente das ocupações, em todo país, foi composta por meninas secundaristas que, após a primavera feminista, alavancaram um novo feminismo capaz de romper com as estruturas de gênero enrijecidas que estão presentes na sociedade. Por todo o ano de 2015 e 2016 os motes *Lute como uma menina* e *Lugar de mulher é onde ela quiser* apareceram com frequência nas redes sociais e estavam presentes em cada espaço ocupado por meninas secundaristas. "Lute como uma menina" ganhou destaque nas redes sociais quando se tornou o título do documentário dirigido e produzido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini e que foi assistido por estudantes secundaristas de todo o país a partir de sua estreia e divulgação pública no início de 2016. O documentário viria a legitimar o que já sabíamos, tínhamos sinais de um novo ciclo feminista no Brasil. A professora da Universidade Federal de Santa Maria, Rosana Pinheiro-Machado, resumiu bem essa potencialidade feminista em um artigo para o The Intercept no ano de 2018, ano da reviravolta política e de contra reações conservadoras aos movimentos sociais, que foram representadas pelo nome do então candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro. Como resposta ao conservadorismo em 2018, durante as eleições federais e estaduais, as mulheres retomaram nas ruas em grandes atos feministas que deram continuidade ao que essa geração secundarista nos trouxe. A pesquisadora comenta:

As coisas mudaram radicalmente no Brasil nos últimos cinco anos após as Jornadas de Junho de 2013 e as ocupações secundaristas de 2016, tudo isso em meio a uma primavera feminista. Não é novidade que, nas classes populares, as mulheres exercem um papel crucial tanto como chefe de família quanto como lideranças comunitárias. Mas me refiro a um processo novo, de ruptura de estruturas sociais profundas, que ainda sequer é possível mensurar. Esse processo é marcado pela emergência de uma subjetividade contestatária através da qual as meninas se apropriam do debate da grande política, ajudando a formar, por exemplo, uma faixa de contenção à candidatura de Jair Bolsonaro, que encontra grande rejeição entre as mulheres. (PINHEIRO-MACHADO, 2018)

O movimento feminista, ou o feminismo, se renova ao passo que ele se insere no contexto político. É importante que parta das reflexões sobre o gênero, os novos olhares sobre o ser mulher e sobre o ser homem que reinauguram novas teorias que nos dizem sobre a necessidade de desconstrução da masculinidade hegemônica, ou ainda, dos papéis impostos de gênero, que têm estruturado nossas atividades sociais como trabalho e maternidade/paternidade. Mas é tão necessário quanto que os coletivos e movimentos feministas tenham como se valer deste acúmulo para os novos desafios que virão. É certo que, quando olhamos para as relações de gênero construídas no contexto das ocupações, muitos elementos ainda podem emergir e nos auxiliar neste processo de acumular cada vez mais repertório e potência para atuar diante dos desafios colocados.

Como no princípio do feminismo classista, de origem nos debates marxistas sobre classe e capitalismo, em que as mulheres só serão verdadeiramente livres das opressões se o conjunto de toda sua classe for, incluindo os homens, parece residir a prática das ocupas, que tinha uma dimensão, já analisada neste trabalho, política e classista. Nesta prática era necessário e tático que os meninos se apropriassem e também soubessem a importância do debate feminista. O feminismo, no contexto das ocupações, assim como a auto-organização e a horizontalidade, era um critério para a construção de um movimento democrático. A prática política, calcada no feminismo didático destas meninas, reatualiza um debate necessário entre capitalismo, patriarcado e direitos. A síntese desta relação precisa ser sempre a quebra do poder que alguns têm sobre outros, homens sobre as mulheres, por exemplo, para que novas práticas políticas e inter-relacionais sejam agentes de emancipação, tanto das mulheres quanto dos homens.

No contexto das ocupações, isso tem reflexo na luta travada contra políticas que ameaçam direitos e acessos de toda a classe trabalhadora, incluindo os os mais básicos, como estudar e ter acesso à saúde de qualidade. Nesse sentido, nas palavras de Andrea D'Átri em Pão e Rosas precisamos "do ressurgimento de um feminismo que não se auto satisfaça no refúgio intimista da libertação individual e se coloque um horizonte de crítica radical anticapitalista" (2017, p.25), em que o movimento feminista seja uma das ferramentas de emancipação das mulheres, mas também de combata a todas as outras opressões. O capitalismo e o patriarcado se combinam, como em um casamento bem-sucedido. Desta forma, nenhuma luta por direitos ou por uma sociedade com mais equidade e igualdade avança sem o debate necessário do feminismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando sujeitos mobilizam suas próprias experiências, o resultado é a contestação de estruturas inflexíveis e que não respondem mais às nossas necessidades. Uma destas estruturas questionadas foi a dos papéis de gênero. Por meio da prática feminista, que consideramos nesta pesquisa como classista e que carrega elementos de um feminismo interseccional, não só as meninas se construíram como protagonistas destes processos como também foram capazes de perceber que o diálogo, estimulado pelo princípio da democracia e horizontalidade, pode modificar as relações de gênero estabelecidas e fazer de seus companheiros homens, bons aliados na luta contra o sistema.

Logo em 2018, dois anos depois das últimas ocupações, essa lição ainda parece prevalecer. Nas eleições presidenciais passadas, muitas destas secundaristas ainda colocariam em prática toda a sua experiência de luta para, mais uma vez, atuar em um contexto macro político. O levante de mulheres contra o candidato declaradamente machista e misógino, Jair

Messias Bolsonaro, mostrou que a luta das mulheres se coloca como a principal movimentação deste período. O impacto político é tão grande que fez com que a pesquisadora Rosana PinheiroMachado dissesse, já neste ano, que é “impossível separar o bolsonarismo do antifeminismo”, afirmando que a ascensão do candidato se coloca como uma “reação à nova geração de meninas feministas, que é inédito no Brasil” (2019).

De modo geral, as ocupações não foram uma mobilização qualquer. Ainda que o espaço escolar não tenha assimilado toda a experiência estudantil, ele ainda é o lugar de onde, potencialmente, nasce a resistência. Das lições mais importantes a se aprender com as e os secundas, merece destaque a luta pela qualidade da educação pública. Mais do que dizer que a escola não funciona, estes e estas estudantes nos mostraram como ela poderia funcionar. Mais do que dizer que a escola é chata, eles nos mostraram que a escola pode ser o espaço mais legal do mundo se ela for o espaço da afetividade. O desejo é que nunca se esqueça deste legado, desta juventude que, diante da radicalização de processos autoritários, nos permitiu acreditar em outras possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D?ATRI, A. Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

GOLDMAN, Wendy Z. Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GROPPO. Luís Antonio. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

DAVIS. A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: 2º ed. Boitempo: 2016.

GUÉRIN, D.; KLOPPER, M. Anarchism: From Theory to Practice. Paperback: 166 pages; Publisher: Monthly Review Press. January 1, 1970.

MORENO, N.; PETIT, M. Conceitos Políticos Básicos. Caderno de Formação nº7 Convergência Socialista. São Paulo 2010.

PINHEIRO-MACHADO, R., SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. Cadernos IHU Ideias. Ano XVI - Nº 278 - V. 16, ANO 2018.